



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: UM OLHAR PARA AS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS

JOYCE SAMPAIO NEVES FERNANDES¹

Resumo: Este trabalho objetiva analisar as políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia ao longo da sua trajetória histórica destacando o (não) lugar que as famílias ribeirinhas vem ocupando na implementação destas políticas. Neste sentido, enfatizaremos o estilo de vida tradicional destas comunidades e o modo pelo qual se relacionam com a natureza. Por viverem às margens dos rios, conseqüentemente afastadas das grandes cidades, o acesso desta população aos serviços sociais são extremamente fragilizados. Diante disso, analisaremos de maneira crítica as ações estatais direcionadas ao desenvolvimento da Amazônia e suas repercussões sobre o modo de vida das famílias ribeirinhas.

Palavras-chave: Políticas de desenvolvimento. Amazônia. Famílias ribeirinhas. Ações estatais.

Abstract: This work aims to analyze the development policies implemented in the Amazon during its historical trajectory highlighting the (non) place that the riverside families have been occupying in the implementation of these policies. In this sense, we will emphasize the traditional lifestyle of these communities and the way in which they relate to nature. Because they live on the banks of rivers, which are consequently far from large cities, their access to social services is extremely fragile. Therefore, we will analyze critically the state actions directed to the development of the Amazon and its repercussions on the way of life of the riverside families.

Keywords: Development policies. Amazonia. Riverine families. State actions.

I - INTRODUÇÃO

Ao pensar na Amazônia é comum relacioná-la as riquezas naturais, a floresta exuberante, rios e sua biodiversidade de modo geral. Porém, além da diversidade na sua fauna e flora, a região amazônica também apresenta uma diversidade sociocultural advinda da miscigenação dos povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos, entre outros).

No que diz respeito às famílias ribeirinhas, são populações que constituem a ruralidade Amazônica, residem as margens dos rios, vive da caça, pesca e do extrativismo vegetal. Além disso, possuem hábitos culturais transmitidos de geração em

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <joyce.sneves@gmail.com>.

geração e uma relação harmoniosa com a natureza tendo no rio um fator simbólico de representatividade. Diante desta particularidade da região amazônica, emergem diversos questionamentos e dentre eles: o Estado vem respondendo as expressões da questão social dessas famílias?

Realizar pesquisas na Amazônia e, principalmente, sobre povos tradicionais que compõem a ruralidade da região consiste em um grande desafio, pois nos deparamos com a escassez de dados oficiais. Para tanto, com o intuito de responder o questionamento anterior, com base numa revisão bibliográfica a partir de perspectiva crítica e, portanto, de maneira temporal, ensejamos compreender o caminhar das ações estatais e o lugar ocupado pelas famílias ribeirinhas neste processo.

Neste sentido, inicialmente faremos uma análise sobre as políticas sociais implantadas na região amazônica no seu contexto sociohistórico enfatizando os impactos que a Amazônia, em especial os povos nativos, sofreram a medida em que o capital foi se expandindo na região. Posteriormente trataremos a respeito das famílias ribeirinhas caracterizando seu estilo de vida e destacando o papel do Estado junto a esta população. E, por fim, concluiremos refletindo a respeito da realidade amazônica e em políticas destinadas para estes usuários.

II - A TRAJETÓRIA SOCIOHISTÓRICA DA AMAZÔNICA NO CAMPO DA POLÍTICA SOCIAL VERSUS O ESTILO DE VIDA TRADICIONAL DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS

A formação social, cultura, política e econômica da Amazônia, bem como do Brasil, teve sua gênese no século XVI, o qual apresentava o modelo econômico extrativista exportando matéria-prima para metrópoles europeias tais como: cacau, gengibre, cravo, tabaco e entre outros (GOMES, 2012). Este modelo extrativista terá início nos primeiros anos do século XVII, o qual é denominado de ciclo das drogas do sertão (CHAVES, 2001).

Os indígenas coletavam frutos, óleos e especiarias da floresta para serem comercializados na Europa, porém o trabalho da coleta exigia uma numerosa mão-de-obra. “(...) Assim, a população nativa, antes autônoma e voltada para a produção necessária à manutenção de seu próprio grupo doméstico, foi recrutada pelos comerciantes para trabalhar como mão-de-obra.” (CHAVES, 2001, p. 13).

No entanto, as práticas nativas de produção eram incompatíveis com as exigências de produção capitalista mercantilista. Portanto, a submissão da população indígena bem como a prática de trabalhos forçados deu-se mediante a destruição das formas de organização sociocultural.

Vale ressaltar que neste período, além da expropriação dos indígenas, bem como sua escravização, teremos o advento de doenças exógenas e mortais as quais dizimaram grande parte da população nativa que habitava a região (LIRA, 2008).

Segundo Chaves (2001) este ciclo econômico de exploração dos recursos naturais na Amazônia perpassou, mesmo que de forma variada, todos os demais ciclos econômicos implantados na região até os dias atuais, impondo à Amazônia o estigma de “celeiro de matéria-prima.”

A região, que até então vivia da produção agrícola como forma de incentivo a coleta primária das “drogas do sertão” passará a extrair o látex da *hevea brasiliensis*, matéria-prima para a fabricação da borracha. Desse modo, na segunda metade do século XIX, temos o início do novo ciclo econômico, o ciclo da borracha.

A formação dos seringais e o recrutamento da força de trabalho foram dois acontecimentos predominantes no ciclo da borracha. O primeiro proporcionou uma verdadeira “corrida pela posse de terras” levando a expulsão ou até mesmo o extermínio dos habitantes dessas áreas, os indígenas. Quanto ao segundo, o recrutamento, deu-se a partir de incentivos particulares e governamentais, através de programas sociais. Nesse sentido, ocorreu um intenso fluxo migratório para a Amazônia, principalmente de nordestinos que estavam sendo afetados pela seca. O imigrante ao chegar a região, sem nenhuma informação sobre a floresta, era encaminhado para os seringais onde passava a viver com sua família, isolado nos centros de produção da borracha, distante dos demais produtores, sob condições de semi-escravidão por dívidas (CHAVES, 2001).

A produção da borracha sustentava-se por meio do “sistema de aviamento”. Tal sistema consistia em um intercâmbio comercial onde os seringalista (produtores da borracha) realizavam empréstimos aos seringueiros (pequenos coletores de borracha, os nativos da região e os imigrantes, em sua maioria nordestinos) a fim de comprarem utensílios para trabalho e/ou alimentação dentre outras necessidades em troca da entrega de toda a sua produção (GOMES, 2012). Deste modo, as relações que se estabelecem nesse período são de subordinação e exploração. (SANTOS; LIMA; AOOD, 2009)

Entre 1850 e 1920, ganha-se destaque as cidades Belém e Manaus, tais metrópoles vivenciaram um momento de grande riqueza através da comercialização da borracha (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

Vale ressaltar que, durante este período de auge da borracha, foram raras as medidas de bens e serviços e infra-estrutura para atender estes trabalhadores extrativistas, seja no campo da assistência social; na assistência médica, tendo em vista

que os imigrantes eram oriundos de uma região completamente diferente da região amazônica; em técnicas de trabalho como meio de orientá-los. Em razão disso, a situação de vulnerabilidade destes trabalhadores se intensificaram (CHAVES, 2001).

Segundo Sá e Nascimento (2012) a exportação da borracha na Amazônia entra em declínio, no final do século XIX, uma vez que os ingleses contrabandeavam sementes da *hevea brasiliensis* para as colônias asiáticas tornando-se fortes concorrentes. Com isso temos o enfraquecimento da economia gomífera que resultou no fechamento dos seringais e na pauperização da força de trabalho.

O Estado brasileiro, a partir dos Anos 30, favoreceu a entrada de grandes empresas internacionais a fim de que através dos seus grandes projetos trouxessem o desenvolvimento econômico para o país (SANTOS. LIMA; AOOD, 2009). Entretanto, será no Governo JK que esta ideologia desenvolvimentista industrial ganhará mais visibilidade. Inserida no Plano de Metas, seu governo investiu em infraestrutura e iniciou a construção de rodovias, tais como: Belém-Brasília e Brasília-Acre, denominado “ciclo de estradas” que tinha o objetivo de interligar a região com o centro-sul do país (PEREIRA, 2012).

O governo militar (1964-1985) seguiu a lógica desenvolvimentista rumo a expansão das relações capitalistas de produção. Neste período a Amazônia viverá a chamada “Operação Amazônia” ao qual através de um discurso midiático de “terra sem homens, para homens sem terra” atrairá investidores e imigrantes a região. Não era de interesse do Estado realizar uma reforma agrária, apesar de nos seus discursos afirmar o contrário, mas sim “integrar” a região à região Centro-Sul do país através da industrialização. (PEREIRA, 2012).

Neste momento a Amazônia passou a ser concebida pelo governos militares como um imenso espaço “vazio” que precisava ser ocupado, tal concepção consistia em estratégias governamentais para promover a ocupação da região para o grande capital (PONTES, 2015).

A partir da década de 1970, mais precisamente na década de 1980, a Amazônia será alvo dos “grandes projetos” tais como: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Programas de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONORO-ESTE); Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas); Programa Grande Carajás; Programa da Borracha (PROBOR); e, Projeto Trombeta. (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

As consequências da implantação destes “grandes projetos” são previsíveis: grande impacto ambiental causado pela exploração de minérios e construção de hidroelétricas; crescimento populacional e desigual da sociedade; conflitos por disputa de terra; degradação dos ambientes naturais e entre outros (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

A respeito do modelo de desenvolvimento na Amazônia, a partir da década de 1970, implementado pelo governo Chaves (2001) afirma que: “(...) determinou uma política de ocupação direcionada ao favorecimento dos proprietários de outras regiões e dos projetos agropecuários, uma verdadeira política de negação da região aos seus próprios habitantes.” (CHAVES, 2001. P, 38).

Além disso, vale destacar que com a implementação destas políticas conservadoras a agricultura familiar foi esquecida, uma vez que tais práticas não correspondem ao modo de produção capitalista que visa a produção em alta escala para atender o mercado exterior (PONTES, 2015).

Na década de 1990, adentrou no Brasil o modelo neoliberal e com isso houve uma redefinição do papel do Estado. Enquanto modelo econômico, defende as privatizações em detrimento dos gastos públicos bem como intervenção mínima do Estado na economia, temos então transformação dos serviços públicos em serviços mercantis (MOTA; AMARAL, 2017).

Os discursos por parte do governo na época, mais precisamente no governo Collor de Melo (1990-1992), davam ênfase à defesa da ecologia, as formas de vida e as culturas dos povos da floresta. Entretanto, a força da sua política neoliberal mostrou-se radicalmente oposta aos compromissos professados (CHAVES, 2001).

A respeito das políticas neoliberais na Amazônia Teixeira (2008) afirma o seguinte:

(...) o Estado abandona a modernização conservadora e hegemoniza a modernização destrutiva da Amazônia e sai dilapidando as políticas públicas de interesse regional ou popular, privatizando estatais altamente produtivas, sucateando universidades públicas, órgãos públicos como a FUNAI, a SUDAM, fechando postos de trabalho, promovendo demissões voluntárias, em uma fúria da qual não escapou nem a parte estatal da Vale do Rio do Doce. Hoje, apenas Vale, não mais doce. (TEIXEIRA, 2008. P, 147).

Segundo Teixeira (2008) é possível pontuar, mesmo que de forma genérica, à gênese da questão social na Amazônia e o empobrecimento das populações de acordo com o processo de expansão do capitalismo na região. A referida autora o pontua em quatro momentos: primeiro, o capital mercantil; segundo, a propriedade privada; terceiro, as indústrias de capital transnacional e monopolista; e, por fim, o quarto momento, a onda neoliberal.

Em consonância Maciel (2002) afirma que a exploração das riquezas naturais, o financiamento de “grandes projetos” e a abertura da região para o capital internacional reforça e amplia a questão social na Amazônia. Esta desigualdade social impõe as famílias ribeirinhas, bem como a população amazônica em geral, uma luta desumana pela sobrevivência utilizando-se de estratégias que contribuam para o consumo e renda familiar.

Segundo Nascimento (2017) a região amazônica além de uma ampla diversidade ambiental é acrescida de uma vasta miscigenação. Para Arenz (2000) essa miscigenação foi “decretada pelo Estado português, a população ribeirinha, de origem ameríndia, chamada de “caboclo” foi então “modelada” através dos aldeamentos dos missionários e nas vilas dos colonos dos séculos XVII a XIX.

Portanto, as famílias ribeirinhas, bem como o homem amazônico de modo geral, são resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias; fruto do processo de colonização sob a força da ocupação que sobreveio à região.

A respeito do termo ribeirinho, em seu marco conceitual, Neto e Furtado (2015) afirmam o seguinte:

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço. (NETO, F. R; FURTADO, L. G, 2015, P. 160)

Chaves (2001) afirma que os agrupamentos ribeirinhos, tal como são hoje, foram determinados pela interferência de vários fatores que variam ao longo da história com algumas diferenciações intra-regionais.

Segundo Arenz (2000) na era pré-colonial existiam indígenas amazônicos que viviam na várzea, eles apresentavam uma complexidade sócio-cultural que, com a chegada dos europeus à região, foram destruídas através do projeto civilizatório-cristão. Entretanto, houve resistência a servidão, bem como a colonização, através de fugas e revoltas que resultaram em uma completa marginalização social e total negação de identidade étnica e cultural.

Arenz (2000) também destaca que mesmo marginalizados os ribeirinhos conseguiram resistir a uma colonização total preservando os principais eixos da cultura de seus antepassados: nos aspectos econômicos (integração à natureza, extrativismo vegetal); sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades); e, por fim, religiosos (prática da pajelança como expressão de sua cosmovisão própria). “A língua portuguesa e a religião católica são “pontes” para o mundo dos “brancos”, mas não determinaram e

nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos. (ARENZ, 2000, p. 12)”

Dessa forma, os ribeirinhos herdaram dos indígenas que viviam na várzea conhecimentos no manejo dessas áreas, técnicas produtivas e de organização social tais como: o preparo da farinha, a coleta de frutos, óleos, resinas silvestres e materiais para habitação (palha, tábuas), as técnicas de caça e pesca e a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos (CHAVES, 2001). O uso e a confecção de redes, canoas, materiais de caça e coleta, da mesma forma que a maioria dos nomes da flora, da fauna e da maior parte das localidades derivam dos grupos indígenas que habitavam o local. (NETO; FURTADO, 2015).

Segundo Lira e Chaves (2016) o rio possui um alto poder simbólico para as famílias ribeirinhas, ele possui grande influência em suas vidas, influenciando, inclusive, na própria construção de suas casas, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam nos rios amazônicos, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para ribeirinhos.

POJO et al., (2014) afirma que, a relação cotidiana estabelecida entre os ribeirinhos e as águas, evidenciam que os rios são territórios (lugar, espaço e tempo). Portanto “(...) é o fluxo e o tempo-espaço das águas que dirigem a vida ribeirinha.” (POJO, E. C et al., 2014, P.183). Além disso, os referidos autores também afirmam que afinidade e interação com rio contribui na formação da identidade nativa, tal dinâmica se constitui no movimento da vida através das suas primeiras experiências na infância: banhos no rio, aprendendo a remar, a se equilibrar no trapiche de suas casas, etc.

De acordo com Noda et al., (2001) a pesca possui uma forte representatividade nos aspectos socioculturais. Os ribeirinhos apropriaram-se dessa atividade, que inicialmente foi desenvolvida pelos indígenas, aprimorando seus utensílios e adequando-os de acordo com suas necessidades. Segundo, Neto e Furtado (2015), são tecnologias simples de uso e manejo dos ecossistemas em que vivem, produzidas a partir dos elementos disponíveis na natureza.

A pesca é a principal atividade destas comunidades, pois é através desta que provêm principal alimento, tanto para a subsistência quanto para a aquisição de renda familiar. A agricultura, bem como as demais atividades, está num plano secundário, embora não menos importante, e assim como a pesca também está voltada à subsistência. “A mandioca (*Manihot esculenta*) é o principal elemento agricultável para a produção da farinha, que, junto com o pescado, constitui a base da alimentação dessas comunidades.” (NETO, F. R; FURTADO, L. G, 2015, P. 163)

Sobre a prática da pesca ribeirinha Lira e Chaves (2016, p.74) afirmam que “(...) é intensa, sendo executada nos lagos, igapós, igarapés e rios, utilizando, como meio de transporte, normalmente, a canoa movida a remo e/ou motor de rabeta.” As práticas produtivas nas comunidades ribeirinhas são guiadas através da relação homem-natureza, ou seja, através das múltiplas relações estabelecidas com o ambiente natural somado aos conhecimentos acumulados de geração e geração. O ribeirinho desenvolve suas atividades produtivas baseando-se nos ciclos naturais como, por exemplo, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, do roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais e entre outros.

Entretanto, vale ressaltar que tais práticas produtivas estão pautadas em relações de respeito a natureza e manutenção da subsistência de seus grupos, e não em função das relações de produção para atender as do mercado (LIRA; CHAVES, 2016).

Ferreira (2013) afirma que a reprodução sociohistórica da população ribeirinha deu-se mediante um conflito dialético, uma vez que a vida tradicional dos ribeirinhos não segue o modo de produção determinado pela lógica global.

“Para as populações ribeirinhas, a vida obedece à dinâmica do ciclo natural, assim o conjunto das práticas produtivas seguem a lógica da natureza, sem uso de tecnologias que alterem este ritmo.” (LIRA; et al, 2013, p. 5). Por este motivo, e dentre outros, que os referidos autores destacam que as políticas públicas direcionadas a região amazônica estão ancoradas em premissas claramente ideológicas, uma vez que desconsideram as questões socioculturais, espaço físico e ambiental bem como, os problemas a ela atribuídos, são vistos como atraso secular.

A respeito das relações cotidianas das famílias ribeirinhas e as políticas sociais voltadas para a Amazônia Maciel (2002) afirma que:

As relações cotidianas presentes na realidade social das famílias empobrecidas são desconsideradas na formulação e constituição das políticas públicas, especialmente no tocante as particularidades regionais que desenham características sócio-culturais (lazer, hábitos alimentares, tradições, religiosidades, etc), econômicas (estratégias de geração de renda) e políticas (grau de consciência e participação cidadã) específicas a partir da processualidade histórica em que as famílias estão mergulhadas. (MACIEL, 2002. p. 5 e 6).

Silva (2012) afirma que os reais problemas e conflitos na região amazônica são de diversas formas, ordens e magnitudes. Além disso, afirma que a exclusão dos espaços públicos ou de serviços de infra-estrutura é apenas a parte mais evidente deste processo que expõe as famílias ribeirinhas, bem como a população amazônica de modo geral, as condições de vulnerabilidade e risco social, uma vez que que esta população,

oriunda de diversas realidades e experiências societárias, não encontra no Estado brasileiro as mínimas condições sociais para exercer sua cidadania.

Além disso, Silva (2012) destaca o imaginário que permeia a Amazônia pelo mito coletivo do lugar inexplorado, como o celeiro do mundo, de mata e tesouros infindáveis. O referido autor afirma que tais ideias camuflam um complexo de relações e conflitos existentes na região. A esse respeito Maciel (2002) diz o seguinte: "(...) estas denominações caricatas reforçavam a justificativa ideológica de que a região possuía problemas tão imensos que os moradores dela eram incapazes de solucioná-los." (MACIEL, 2002, p. 6-7).

Arenz (2000) afirma a existência de uma rede de solidariedade familiar entre as comunidades ribeirinhas. Entretanto, ressalta que esta não é uma característica típica da tradição de convivência na zona rural da Amazônia, mas sim uma maneira de resgatar a identidade e dignidade cultural frente a dinâmica global capitalista que fragmenta a vida.

Sarti (1994), em seus estudos sobre famílias pobres, afirma que estas se constituem não como um núcleo, mas como uma rede. Esta rede familiar consiste em um suporte e/ou apoio que envolve redes mais amplas de parentesco.

A respeito desta solidariedade que compõe a rede familiar das famílias pobres, Miotto (2016) parafraseando Meil (2011) afirma que esta consiste em um conjunto de normas e práticas de ajuda mútua entre os membros da família. Essas ajudas possuem várias dimensões que vão desde compartilhar responsabilidades como cuidar dos filhos, por exemplo, até auxílios materiais, financeiros e etc. São ações solidárias de dar e receber sem imposição, mas com expectativas de reciprocidade no futuro. Desse modo, Miotto (2016) alega que no interior dessa solidariedade familiar estabelece-se também uma solidariedade afetiva, esta possui um caráter subjetivo ao qual estão sustentados em vínculos de pertencimentos que agregam sentimentos positivos e recíprocos entre os membros da família.

No que tange as famílias ribeirinhas esta rede de parentesco e solidariedade estão presentes em suas comunidades. Segundo Silva (2017), fruto da miscigenação, as comunidades ribeirinhas incorporam em sua cultura as influências religiosas católica dos colonizadores europeus, neste sentido as famílias estabeleceram entre si uma rede de compadrios.

A respeito desta rede de cooperação e solidariedade presente entre as famílias ribeirinhas Alencar (1993) afirma o seguinte:

“A família, enquanto uma unidade de produção e de consumo, enquanto uma totalidade, está centrada em fortes valores como a cooperação e a solidariedade entre seus membros. Tais valores são necessários para sua continuidade enquanto grupo e para realização de um projeto de vida.” (ALENCAR, 1993. P. 74).

Nesse contexto, a própria solidariedade pode ser entendida como estratégias de sobrevivência destas famílias, uma vez que o aparato estatal encontra-se ausente nas suas responsabilidades de promoção à proteção social.

III - CONCLUSÃO

A trajetória sócio histórica da Amazônia é marcada por exploração, apropriação de riquezas e total desconsideração por parte do Estado para com as populações tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas e entre outros). Como consequências temos a precarização das condições de vida da população, em especial das comunidades tradicionais, os conflitos e disputas por terras e entre outros.

Além disso, destacam-se as tentativas governamentais em vão de retirar a Amazônia do atraso econômico e igualá-la as regiões Centro-Sul do país, uma vez que o Estado peca ao desconsiderar a dinâmica socioeconômica da região Amazônica na formulação de suas políticas.

A região amazônica está imersa em um cenário amplamente contraditório, uma vez que apresenta uma vasta riqueza natural em sua fauna e flora, porém sua população é extremamente pobre. Essa população, oriunda da miscigenação, é igualmente diversa e dentre elas destaca-se as famílias ribeirinhas.

O olhar romântico e idealista para a Amazônia como celeiro do mundo, mata de exuberante riquezas e etc., mascara todas estas relações e conflitos ali existentes. Além disso, com sua atual gestão neoliberal, o Estado não consegue responder a questão social na região, uma vez que as políticas sociais existentes não condizem com a realidade dinâmica das famílias na Amazônia.

Diante desta limitação do Estado, as famílias ribeirinhas utilizam-se de estratégias de sobrevivência. Dentre elas, destaca-se a cooperação e solidariedade através da rede de parentesco e vizinhança as famílias ajudam-se mutuamente. Elas compartilham responsabilidades de diversas magnitudes, porém tais relações não se estabelecem por meio de imposições, mas sim por sentimentos de reciprocidade. Desse modo, além de marginalizadas, as famílias ribeirinhas encontram-se sobrecarregadas uma vez que, na ausência do aparato estatal, elas são responsabilizadas pelo sustento e cuidado de seus membros.

A ausência de dados oficiais das famílias ribeirinhas, bem como dos povos tradicionais de modo geral, não consiste em uma limitação e desafios somente em

termos de pesquisa, mas também no que se refere a elaboração de políticas sociais destinadas a estas populações. Como pensar em políticas sociais para este público se não temos parâmetros básicos tais como: número da população idosa, crianças, homens, mulheres, jovens, índices de escolaridade, fecundidade, mortalidade, entre outros.

POJO et al (2014) através de sua experiência no campo da educação, nos aponta um caminho ao qual podemos percorrer. As autoras afirmam que a tríade água, terra e floresta são importantes componentes para a formação dos sujeitos e a preservação da cultura amazônica. Acrescentam afirmando que tais conhecimentos nativos, advindos dessas experiências de vida, devem ser levados em consideração pelas escolas ribeirinhas. Desse modo, utilizando-se da análise das autoras, consideramos que esses saberes tradicionais transmitidos de geração em geração são relevantes não somente no âmbito escolar, mas na elaboração das demais políticas (assistência, saúde, saneamento, etc.) que tenham como usuários as famílias ribeirinhas.

Portanto, as políticas sociais voltadas para essas comunidades devem ser elaboradas juntamente com seus atores, o público-alvo ao qual ela será destinada, levando em consideração as suas particularidades. Essa seria uma estratégia para garantir a equidade social destes indivíduos marginalizados social e historicamente.

REFERENCIAS

ALENCAR, Edna F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (org.). **Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT; CNPq; Museu Goeldi, 1993. 63-81.

ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do beiradão**: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia. Santarém: Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, 2000.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese (Doutorado)-UNICAMP/CIREC, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287073>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia**: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8218>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão no Estado do Pará. In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

LIRA, Talita de Melo. **Análise das condições de acesso aos Programas de Assistência Social pelas comunidades de Mucajá e Ebenezzer em Maués/AM**. 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso)-Departamento de Serviço Social/UFAM, Manaus, 2008.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SILVA, Mayara Pereira da; COSTA, Klilton Barbosa da; MEDEIROS, Vânia Lima. Acessibilidade aos bens e serviços sociais em comunidades ribeirinhas de Maués/AM. VI In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís/MA. **Anais...** São Luís/MA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/acessibilidadeaosbensservicossociaisemcomunidadesribeirinhasdemauesam.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A família na Amazônia**. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 71, 2002. Disponível em: <www.pia.ufpa.br/arquivo/familia.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Famílias Contemporâneas? Intervenções contemporâneas?**. Montevideo: Mirabas, Editorial EPPAL, 2016. p. 39-54.

MOTA; AMARAL Serviço Social Brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elisabete Simões da. AMARAL, Angela Santana. (Org.). **Cenários, contradições e pejejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2017.

NASCIMENTO, Janilse Trindade do. **Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica numa Escola Ribeirinha do Amazonas**. Manaus, 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6115>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

NODA, Sandra et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea. In: DIEGUES, Carlos Antônio; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

POJO, E. C. et al. As águas e os ribeirinhos – beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA**, v. 8, n. 11, p. 176-198, ago. 2014.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar Tradicional**: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/AM. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia)-Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4996>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

PEREIRA, Glória Maria. **Neodesenvolvimentismo na Amazônia e a Política de Trabalho, Emprego e Renda no Estado do Pará**: elementos para reflexões. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://ppgss.ufpa.br/arquivos/dissertações/2010/maria_da_gloria_pereira.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas e negação de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O avesso dos Direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família com o espelho um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. (Tese de Doutorado)-Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de Antropologia, São Paulo, 1994.

SANTOS, Antonia Cardoso dos; LIMA, Francisco Willams Campos; AOOD, Maria Helena de Lima. Família e Políticas Públicas na Amazônia: desafios e perspective. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís/MA. **Anais...** São Luís/MA, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/6_poder-violencia/familia-e-politicas-publicas-na-amazonia-desafios-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos; SALGADO, Mayany Soares; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO, 5., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de Araraquara (UNIARA). 23 a 25 de Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_3/sessao_3_D/03_Cassio_Santos.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.

SILVA, Denison Rafael Pereira da. Amazônia: Contribuições acerca da Política de Assistência Social. In: SOUSA, Ana Lúcia de; RODRIGUES, Francilene dos Santos; FERNANDES, Maria Luiza. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS: AS FRONTEIRAS DA INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE DAS FRONTEIRAS. **Anais...** Boa Vista: EDUFRR, 2012. (p. 263–277). Disponível em: <<https://ufr.br/ppgsof/index.php/downloads/category/29-i-seminario-internacional-sociedade-e-fronteiras.html>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

SILVA, Iêda Rodrigues da. Modo de Vida Ribeirinho: construção da identidade amazônica. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luiz. **Anais...** São Luiz: Universidade Federal do Maranhão – UFMA. 22 a 25 de Agosto de 2017. Disponível em:

<www.joinpp.ufma.br/.../mododevidaribeirinhoconstrucaodaidentidadeamazonica.pdf>.
Acesso em: 27 abr. 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 21, p.141-152, 2008.